

## FUNDAÇÃO RENOVA

(Fundação de direito privado sem fins lucrativos)

CNPJ/MF nº 25.135.507/0001-83



VISTO  
Bh. 06/04/17

Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

### ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2017

1. **Data, Horário e Local:** No dia 20 de setembro de 2017, às 10 horas, na sede social da Fundação Renova, localizada na Av. Getúlio Vargas, 671, 4º andar, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

2. **Convocação, Presença e Instalação:** A reunião foi devidamente convocada conforme as regras previstas no artigo 18, §1º, e no artigo 25 do Estatuto da Fundação Renova, tendo comparecido as pessoas a seguir listadas:

- 2.1. Conselheiros indicados pela Mantenedora Subsidiária BHP Billiton Brasil Ltda., os senhores Wilson Nélio Brumer, Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão e Ian Burton Wood (titulares), participando de forma presencial;
- 2.2. Conselheiros indicados pela Mantenedora Subsidiária Vale S.A., os senhores Alberto Ninio e Pedro Aguiar de Freitas (titulares) e Ana Cristina Correa da Silva (suplente), participando de forma presencial;
- 2.3. Presentes também os seguintes convidados do Conselho Curador: Roberto Silva Waack, Diretor Presidente da Fundação Renova, Marcelo Eduardo Figueiredo, Diretor de Programas da Fundação Renova, Andrea Aguiar Azevedo, Diretora de Desenvolvimento Institucional da Fundação Renova, Leonardo André Gandara, Gerente Jurídico da Fundação Renova, Guilherme Almeida Tângari, Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova, Andrea Dourzi Seif, Especialista de Governança e Gestão.

Em obediência aos termos do Estatuto Social da Fundação Renova, em especial ao artigo 26, o Presidente da Mesa (indicado no item 3 abaixo) atestou o cumprimento das formalidades de convocação, atestou a existência de quórum suficiente e instalou a reunião.

3. **Mesa:** Presidente: Sr. Wilson Nélio Brumer. Secretário: Sr. Guilherme Almeida Tângari.

4. **Ordem do Dia:**

- 4.1. Abertura;
- 4.2. Relato do Diretor Presidente;
- 4.3. Diálogo com Conselho Consultivo
- 4.4. Acompanhamento de saúde e segurança;
- 4.5. Assuntos para aprovação:
  - (a) APRO 32/2017 – Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG);
  - (b) APRO 33/2017 – Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais (SEMAD);



- (c) APRO 34/2017 – Contratação da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (FUNDEP);
  - (d) APRO 35/2017 – Contrato de fornecimento de água com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA);
  - (e) APRO 37/2017 – Criação dos fundos múltiplos para financiamento do capital de giro e investimentos para micro e pequenas empresas
  - (f) APRO 36/2017 – Acordo com Universidade Federal de Viçosa (UFV);
  - (g) APRO 37/2017 – Criação dos Fundos Múltiplos para financiamento do Capital de Giro e Investimentos para Micro e Pequenas Empresas
  - (h) APRO 38/2017 – Política de Apoio a Investimentos Sociais;
  - (i) APRO 39/2017 – Acordo de cooperação técnica com a Caixa Econômica Federal (CEF);
  - (j) Reeleição do Diretor Presidente;
- 4.6. Assuntos para discussão:
- (a) Programa de Indenização Mediada (PIM);
  - (b) Acompanhamento de execução do orçamento;
  - (c) Reassentamento;
  - (d) Recuperação ambiental do rio Doce;
  - (e) Atualização do plano da força tarefa de dois anos;
  - (f) Revisão do Estatuto;
- 4.7. Assuntos para informação:
- (a) Acompanhamento de ações originadas nas reuniões anteriores;
  - (b) Relato de *Compliance*;
  - (c) Relato de ouvidoria;
- 4.8. Encerramento e avaliação da reunião.

## 5. Discussões:

- 5.1. O Presidente do Conselho iniciou os trabalhos agradecendo a participação dos conselheiros e solicitou ao Diretor Presidente que apresentasse uma atualização das atividades conduzidas pela Fundação desde a última reunião do Conselho Curador;
- 5.2. O Diretor Presidente informou sobre os pontos mais relevantes em relação à gestão atual, iniciando pela discussão sobre o modelo de governança em que a Fundação está inserida, notadamente destacando os seminários ocorridos no período, o primeiro em Brasília, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, e o segundo no Rio de Janeiro, promovido pela Fundação Getúlio Vargas. Informou as discussões ocorridas nos dois eventos, reforçando a presença de membros dos governos e do Ministério Público, tanto Federal como Estadual;
- 5.3. No caso do evento da Fundação Getúlio Vargas, o Diretor Presidente destacou que o ponto abordado pelo Ministério Público Federal (MPF) foi a falta de participação popular. Ressaltou que o representante do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) presente no local e uma representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em um outro painel do mesmo evento, criticaram bastante o papel da Fundação, mais especificamente no que tange ao Programa de Indenização Mediada (PIM). Em resumo, o Diretor Presidente informou que fundamentalmente o ponto a ser discutido é a assimetria de informação entre a Fundação e os impactados;

VISTO  
BH\_06/04/18

Gabriel Prieto Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador da Fundação



- 5.4. O Diretor Presidente informou que o Comitê Interfederativo (CIF) indicou o representante no Conselho Curador da Fundação Renova, a saber, o Sr. José Ângelo Paganini;
- 5.5. Acerca da governança interna, destacou o avanço na implementação dos direcionadores estratégicos e sua conexão com o *Masterplan* da Fundação, informando que nos próximos dois meses será apresentado o produto final desse documento. Destacou que o Conselho Consultivo fez sua última reunião em Mariana e os conselheiros tiveram a oportunidade de visitar o Bento Rodrigues e a área adquirida para o reassentamento. Sobre a União Internacional para a Conservação da Natureza (*International Union for Conservation of Nature – IUCN*), o Diretor Presidente destacou que estão previstas para a semana de 25 de setembro a realização das primeiras reuniões para o painel do Rio Doce. O Comitê Legal está funcionando bem e não há qualquer problema a ser endereçado ao Conselho Curador. Sobre a comunicação, o gestor foi contratado e será apresentado ao Conselho. Sobre as indenizações, esse é o ponto mais sensível atualmente nos trabalhos da Fundação, em função das dificuldades de materializar os pagamentos aos impactados, por diversos motivos, sendo o mais importante a dificuldade de aprovação das políticas de indenização pela Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS);
- 5.6. Destacou a discussão ocorrida com as áreas jurídicas das mantenedoras acerca da proposta de governança para o aditivo ao Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC). O Diretor Presidente entendeu que esse é um passo muito importante para o engajamento dos órgãos do MP e para aumentar a participação popular nos órgãos da Fundação;
- 5.7. As discussões com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) estão bastante avançadas e espera-se que o fundo de capital de giro seja oficialmente lançado no mês de outubro de 2017. Sobre o programa de saneamento e resíduos sólidos, o Diretor Presidente informou sobre as inúmeras discussões ocorridas e entende que estamos próximos de efetivamente avançar na implementação do programa junto aos municípios da calha do Rio Doce. O Presidente do Conselho fez um aparte informando algumas discussões sobre o assunto e a orientação estratégica a ser observada, qual seja, de que a Fundação não fará simplesmente a destinação de recursos financeiros para bancos ou prefeituras, mas sim buscará estruturas efetivas de viabilização de projetos de saneamento para os municípios. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão recomendou que sejam viabilizados mecanismos adicionais de financiamento, como exemplo utilizando-se a *expertise* da Caixa Econômica Federal (CEF). O Conselheiro Sr. Pedro Aguiar de Freitas salientou a necessidade de proteção da Fundação em relação à volatilidade política estadual e dos municípios. O Diretor Presidente destacou os critérios de alocação dos recursos discutidos no âmbito do CIF, acrescentando a necessidade de a Fundação prover assistência técnica aos municípios para viabilizar os projetos e o monitoramento da execução, ou seja, um mecanismo de garantia de que os recursos serão aplicados de forma satisfatória. Significa dizer que o processo foi desenhado com o objetivo de efetivamente garantir a implementação de estruturas de saneamento e resíduos sólidos, acrescido de estruturas de financiamento com atores que tenham experiência em processos similares. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood asseverou a necessidade de a Fundação não ser responsável pelo gerenciamento da implementação dos projetos de saneamento. A Conselheira Sra. Ana Cristina Correa da Silva questionou a responsabilidade da Fundação Renova sobre os projetos de saneamento, no que foi respondida pelo Diretor Presidente, que informou sobre a Deliberação 75 do CIF, emitida com o objetivo de disponibilizar a estrutura mínima para elaboração dos projetos e apoio técnico. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão aproveitou para recomendar que a Fundação contrate empresas de *expertise* comprovada para viabilizar esse assessoramento técnico;
- 5.8. O Diretor Presidente informou que a Fundação iniciou o programa de visitas às áreas impactadas pelos membros da sociedade civil. Aproveitou para antecipar que a Fundação pretende criar um Conselho de Jovens, e pretende trazer maiores informações sobre o assunto nas próximas reuniões;
- 5.9. Sobre a gestão, informou que o processo de cessão de empregados se encerrou no mês de setembro, e atualmente a Fundação conta com menos de 30 empregados da Samarco, que continuam temporariamente atendendo a Fundação. Destacou o trabalho brilhante conduzido pela área de Recursos Humanos. Informou sobre a implementação da previdência privada para os

VISTO  
BH\_06/04/18

Gabriel F. de Medeiros Bocayuva  
Presidente do Conselho Curador da Fundação Renova



empregados, bem como sobre o reajuste salarial ocorrido em função da Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada entre o Sindicato dos Empregados em Entidades de Assistência Social, de orientação e formação profissional no estado de Minas Gerais – SENALBA-MG e o Sindicato das Entidades de Assistência Social, de orientação e formação profissional no estado de Minas Gerais – SENASOFP-MG. Destacou que o salário é baseado na regra definida pela empresa de consultoria Hay, mas existem complexidades a serem enfrentadas em função da baixa atratividade de emprego. Informou que está em discussão a proposta da política de licença maternidade, no que o Conselheiro Sr. Alberto Ninio pediu que essa discussão seja trazida para aprovação do Conselho Curador. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou sobre o número de empregados da Fundação (449) e a composição dos empregados cedidos e os serviços compartilhados, no que o Diretor Presidente informou os detalhes da estrutura de pessoal. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio aproveitou para asseverar que a discussão sobre dimensionamento de pessoal precisa ser mais detalhada para cumprir os desafios de 2018, considerando a necessidade de acelerar as entregas da Fundação. O Diretor Presidente informou que é fundamental essa discussão e que a Fundação irá promover uma reunião específica com o Conselho em outubro para discutir as prioridades e os planos para 2018;

- 5.10. O Diretor Presidente informou que a Fundação iniciou um programa de apoio psicológico para os empregados que estão em campo. Sobre a Ouvidoria, o processo está satisfatório, mas ainda focado no passivo de pendências, e destacou o planejamento de uma auditoria interna de direitos humanos a ser realizada ainda em 2017, no que foi questionado pelo Conselheiro Sr. Alberto Ninio. O Diretor Presidente informou que o objetivo é exatamente diminuir a incerteza sobre o tema, que é bastante abstrato nas discussões sobre os inúmeros atores desse tema;
- 5.11. Sobre Suprimentos, o Diretor Presidente destacou que o volume de requisições de compra (RC) está muito acima do que originalmente planejado, citando que cerca de 100 casos já ultrapassaram 90 dias para serem abertos os processos de contratação. As contratações de fornecedores pretendidos vêm sendo reduzidas sensivelmente, o que é bastante positivo para o processo como um todo. De qualquer forma, é importante salientar que, do ponto de vista de estruturação, a área de Suprimentos já está constituída. A Conselheira Sra. Ana Cristina Correa da Silva destacou a necessidade de a área de Suprimentos implementar procedimentos e processos robustos para evitar ou mitigar os riscos de não conformidades;
- 5.12. Quanto ao processo de Comunicação, o volume de matérias positivas em relação às matérias negativas é de cerca de 70%, a despeito de entendermos que essa relação reduzirá nos próximos meses. Um ponto sensível que permanece em pauta é o papel da Fundação em relação à reputação da indústria da mineração, no que o Diretor Presidente reiterou a orientação das equipes de não se envolver nesses assuntos, que entende ser atinente às mantenedoras. Ou seja, não cabe à Fundação defender o papel das mantenedoras ou se posicionar sobre assuntos específicos das mesmas (ex.: rompimento da Barragem de Fundão, retomada de operações da Samarco, processos judiciais, etc.). O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão concorda e destaca que a resposta da Fundação deve ser estruturada de forma a não se confundir com as mantenedoras. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio acrescentou que entende claramente esse posicionamento, apenas informando que a Fundação também não é contrária à indústria da mineração. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood entende que a Fundação não deve se envolver em questões relacionadas à mineração;
- 5.13. Sobre o Centro de Fusão de Informações, o Diretor Presidente informou que está funcionando muito bem. Sobre Saúde e Segurança, destacou a necessidade de adequar os processos para as especificidades da Fundação, buscando novos paradigmas que não sejam tão conectados à indústria, mas sim mais voltados para questões de agronegócio, florestas, dentre outros. No que tange à Gestão de Risco, a necessidade é internalizarmos o processo de avaliação de risco para os líderes da Fundação. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood entende que, de modo geral, a abordagem do gerenciamento de riscos da Fundação é positiva, destacando a importância de focarmos o gerenciamento de risco na implementação de projetos em campo;
- 5.14. O Diretor Presidente destacou o início do Plano de Chuvas para iniciar em outubro de 2017 e que vigorará até março de 2018, ressaltando que o programa está estabelecido e pronto para operar, de

VISTO  
06/04/18  
BH  
Gabriel  
Proneza  
Curador das Finanças



- forma inclusive mais estruturada que o programa do período anterior. Aproveitou para informar sobre o programa de ressarcimento dos gastos extraordinários dos agentes públicos e seus desafios, destacando que os pagamentos serão iniciados a partir de outubro de 2017. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão ressaltou apenas a necessidade de a Fundação não aceitar pleitos referentes a tributos;
- 5.15. Continuando a apresentação dos programas, destacou o referente à recuperação de nascentes, que está em curso em seu segundo exercício. Sobre o Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático (PMQQS), informou que foi auditado pela Agência Nacional de Águas (ANA) e nos foi informado que o Rio Doce é o rio mais monitorado do país. Sobre reassentamento, aproveitou para informar o novo cronograma objeto de consenso em reunião conjunta ocorrida em 19 de setembro de 2017, entre a Fundação, Comissão de Atingidos, SEMAD, Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR), dentre outros atores. Questionado pelo Presidente do Conselho se haveria alguma ação para agilizar o processo de reassentamento, o Diretor Presidente informou que foram tentadas algumas hipóteses, mas não foram recepcionadas pelos órgãos;
- 5.16. Adentrando na pauta do diálogo com o Conselho Consultivo, foram apresentados os representantes, Sr. Claudio Boechat, Sr. Senisi de Almeida Rocha e Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães, que iniciaram sua explanação sobre três pontos devidamente formalizados e entregues aos conselheiros do Conselho Curador, que encontram-se arquivados na Fundação Renova. O Sr. Claudio Boechat informou que o primeiro ponto a ser destacado é sobre gestão do conhecimento. O Conselho Consultivo solicitou que seja iniciado um processo participativo de planejamento da gestão do conhecimento gerado no âmbito das atividades da Fundação Renova. A ideia é definir um plano de gestão de conhecimento, indicando nomes para iniciar o projeto. O Conselheiro Sr. Pedro Aguiar de Freitas asseverou que participou da última reunião do Conselho Consultivo e entende pertinente a demanda trazida pelo Conselho Consultivo. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão entende interessante a proposta, incluindo não somente a produção do conhecimento, mas também sua disseminação. Os conselheiros do Conselho Curador concordaram com a proposta de iniciar um planejamento da gestão de conhecimento;
- 5.17. O segundo ponto trazido pelo Coordenador do Conselho Consultivo é a proposta de disponibilização de dados para pesquisa do meio acadêmico. O pleito é que os dados produzidos pela Fundação Renova sejam disponibilizados para que os inúmeros projetos de pesquisa em curso pelas universidades possam ser viabilizados. O Diretor Presidente informou que a Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA) tem restrições à disponibilização indistinta e sem qualquer tipo de controle, e informou à Fundação que até novembro de 2017 se pronunciará a respeito do assunto. Informou que a disponibilização de dados é importante, acrescentando a necessidade de estabelecimento de um guia para sua utilização, de forma a regulamentar sua utilização. Sugeriu que o Conselho Consultivo se reúna com a Coordenadora da CT-SHQA para discutir o assunto. Os conselheiros do Conselho Curador não têm qualquer oposição à disponibilização dos dados, e concordam com a necessidade de uma reunião entre o Coordenador do Conselho Consultivo com a Coordenadora do CT-SHQA;
- 5.18. Sobre a visita à Candonga, o Sr. Ricardo Boechat salientou a informação do Prefeito de Rio Doce acerca da falta de priorização das contratações locais por parte das contratadas da Fundação Renova, no que o Diretor Presidente aproveitou para explicar o processo de contratação, asseverando que, a despeito de todos os esforços da Fundação, ocorrem situações em que as contratações locais não são possíveis, considerando a inexistência de qualificação necessária para o serviço requerido. Adicionalmente, foi informado que existe uma oportunidade de incentivar o empreendedorismo naquele local, em função das diversas atividades necessárias para a dragagem do reservatório da Usina Hidroelétrica (UHE) Risoleta Neves;
- 5.19. O terceiro ponto é o relato da viagem dos conselheiros do Conselho Consultivo à Mariana e o diálogo com os impactados. De forma resumida, trouxeram a insatisfação com a demora no pagamento das indenizações e uma obediência a regras e burocracias que não atendem às demandas sociais, e que somente agravam o esgarçamento do tecido social naquela localidade. O Conselho Consultivo entende necessária a conexão de todas as pessoas impactadas, ao longo do Rio Doce,

06/04/18  
BRASÍLIA - DF  
CONSELHO CURADOR  
FUNDAÇÃO RENOVA

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



de modo a construir uma relação estruturada e com uma visão de futuro para as comunidades. Os conselheiros do Conselho Consultivo se mostraram bastante impressionados com esse contato com a comunidade local e entendem que há um sentimento de “desesperança” em relação às ações a serem implementadas. Os impactados reclamam muito de, passados dois anos, ainda não termos avançado nos processos mais importantes, notadamente o de reassentamento. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood ressaltou que há uma falha de comunicação de todos os atores, pois deveria estar claro que o prazo de restabelecimento das condições em dois anos também seria muito improvável, mas obviamente isso não justifica a insatisfação dos impactados. O Conselheiro José Geraldo Rivelli Magalhães concorda, mas entende que os impactados não conhecem os trâmites de licenciamento e construção e, por isso, a Fundação Renova está negativamente exposta. O Diretor Presidente reiterou que os empregados da Fundação têm a mesma frustração em relação a demora na implementação do processo de reassentamento, mas estamos trabalhando intensamente na resolução desse problema e seu encaminhamento. Sobre o problema da diferença geracional de perspectivas, a Fundação buscará enfrentar esse problema com a criação de um Conselho de Jovens, de modo a trazer esse público para informar os processos da Fundação. O Presidente do Conselho informou que a reconstrução do tecido social deverá ser enfrentada e precisaremos ser pragmáticos e refletir sobre a abordagem dos problemas que estamos enfrentando e que enfrentaremos num futuro próximo. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão entende que devemos pensar em estratégias de simplificação para atender as demandas que podem ser atendidas sem esperar mais tempo. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood considera isso um risco de fragmentação da comunidade, portanto não acha interessante essa abordagem, entendendo que Gesteira talvez seja o único caso em que essa abordagem possa ser efetivamente aplicável. O Presidente do Conselho agradeceu a participação dos conselheiros do Conselho Consultivo e entende que esse diálogo é fundamental para o crescimento e aprimoramento da Fundação, no que foi acompanhado pelos demais conselheiros;

- 5.20. Sobre o tema saúde e segurança, foi convidado o Sr. Rubens Bechara Junior, que iniciou sua apresentação mostrando a performance do mês anterior, passando para a matriz de responsabilidades das lideranças da Fundação. Ressaltou a ocorrência de um acidente e adentrou em sua análise, apresentando as causas imediatas e as causas fundamentais. O Sr. Rubens Bechara Junior também relatou um acidente de trânsito ocorrido na estrada não pavimentada entre Mariana e o distrito de Camargos, aproveitando para ressaltar as ações corretivas a serem implementadas para reduzir o risco de acidentes (reconstrução de curvas, sinalização vertical, espelhos em curvas, dentre outros). O Presidente do Conselho questionou se a Fundação está conseguindo reduzir o volume de veículos, no que foi explicado das ações de redução de veículos que estão em curso;
- 5.21. O Sr. Rubens Bechara Junior iniciou a apresentação da comparação entre o sistema de saúde e segurança da Fundação com outras entidades, usando como base a norma OHSAS 18001:2007, o arcabouço de normas da Fundação, a norma ILO-OSH 2001, e NBR ISO 26000:2010, além das práticas das empresas Samarco, Alcan e Kinross. Sobre o desdobramento do acidente relatado na reunião do Conselho Curador de 01 de agosto de 2017 (envolvendo guindaste), o Sr. Rubens Bechara Junior informou que o empregado foi despedido, em função de recusar o cumprimento de uma norma de segurança, e o supervisor foi formalmente advertido, ambos os casos atendendo estritamente os termos da legislação vigente;
- 5.22. Seguindo a pauta, a Fundação apresentou as Solicitações de Deliberação do Conselho Curador, iniciando com a APRO32/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente ao Termo de Cooperação Técnica com o TJMG, visando a contratação de 70 estagiários para atuar no Posto Avançado de Autocomposição – PAA, em Governador Valadares, com custo total para 12 meses de R\$1.068.148,00 (um milhão, sessenta e oito mil e centro e quarenta e oito mil reais). O item foi aprovado unanimemente pelos conselheiros;
- 5.23. A segunda solicitação tratou da APRO33/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente à celebração do TAC com a SEMAD, como uma das providências necessária para viabilização da Fazenda Floresta e continuidade das obras de dragagem na UHE Risoleta Neves. O item foi aprovado unanimemente pelos conselheiros;

06/04/18

- 5.24. A terceira solicitação foi a APRO34/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente à contratação da FUNDEP, para apresentação de proposta de concepção dos espaços dos centros de informação técnica, com prazo de 12 meses e valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). O item foi aprovado unanimemente pelos conselheiros;
- 5.25. A quarta solicitação tratou da APRO35/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente ao contrato de fornecimento de água com a COPASA para a comunidade indígena Krenak, com prazo de 12 meses e valor de R\$433.680,00 (quatrocentos e trinta e três mil e seiscentos e oitenta reais). O item foi aprovado unanimemente pelos conselheiros;
- 5.26. A quinta solicitação foi a APRO37/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente à criação dos fundos múltiplos para financiamento do capital de giro e investimentos para micro e pequenas empresas, conforme determinado na Cláusula 130 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), nomeado como Fundo Desenvolve Rio Doce. O item foi aprovado unanimemente pelos conselheiros;
- 5.27. Além da aprovação acima, os conselheiros aprovaram unanimemente a indicação dos Srs. Carlos Henrique Ribeiro e Paulo Guilherme da Cunha Pereira Rocha, à luz do artigo 22, XVII, do Estatuto da Fundação, como representantes da Fundação Renova no Comitê Gestor do Fundo Desenvolve Rio Doce;
- 5.28. Seguindo, foi apresentada a APRO39/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente ao acordo de cooperação técnica com a CEF. O Diretor de Programas, Sr. Marcelo Eduardo Figueiredo, apresentou os fundamentos do acordo de cooperação técnica com a CEF para atendimento de impactados pelo PIM. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão recomendou que a Fundação busque uma entidade que dê assessoria em economia doméstica para os impactados e que os pagamentos das indenizações dos danos gerais não sejam feitos de forma única, mas sim parcelada, para evitar uso equivocado pelos impactados, desde que obviamente não seja ferida a autonomia da vontade. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood sugere que sejam dadas opções de recebimento ao impactado. A Conselheira Sra. Ana Cristina Correa da Silva acrescentou que deve ficar claro a disponibilidade dos valores para os impactados, independentemente das opções que lhes são oferecidas. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio entende que (i) não ficou claro as motivações de fazer esse acordo com a CEF e não com outros agentes financeiros, além de (ii) não terem sido registradas as ações para mitigar os pontos levantados pela área de *Compliance*. Os Conselheiros Sr. Ian Burton Wood, Sr. Alberto Ninio, Sr. Pedro Aguiar de Freitas e Sra. Ana Cristina Correa da Silva condicionaram a aprovação ao estabelecimento das ações mitigadoras para as questões de *compliance*;
- 5.29. Continuando, foi apresentada a APRO38/2017, à luz do artigo 22, XIII, do Estatuto da Fundação, referente à Política de Apoio a Investimentos Sociais. O Conselheiro Sr. Pedro Aguiar de Freitas recomendou que seja criado um grupo de trabalho envolvendo as mantenedoras para discutir a Política de Apoio a Investimentos Sociais. A Diretora de Desenvolvimento Institucional, Sra. Andrea Aguiar Azevedo, explicou o contexto de onde surgiu a necessidade de implementação dessa Política e como ela foi estruturada no âmbito de atender o TTAC, as questões de *compliance*, as questões jurídicas, os aspectos financeiros, dentre outros. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio entende que a Política não está madura para aprovação. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood entende que existem inúmeras dúvidas sobre a Fundação doar recursos para órgãos, sejam eles públicos ou da sociedade civil, entendendo que pode haver uma percepção equivocada de instrumentalização da Fundação para atender pedidos de órgãos públicos e entidades não governamentais. O Diretor Presidente entende que a delimitação da Política é exatamente para evitar esse entendimento, e que a Fundação defende que o apoio deve estar circunscrito aos programas do TTAC. Considerando que restou claro a necessidade uma Política de Apoio a Investimentos Sociais, os conselheiros recomendaram que a Diretora de Desenvolvimento Institucional lidere um grupo de trabalho, com escopo e prazo definido, para encaminhar uma Política que seja objeto de consenso entre Fundação e mantenedoras;
- 5.30. Finalizando as solicitações de aprovação, foi apresentada a APRO36/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente ao acordo com UFV. A Diretora de Desenvolvimento

VISTO  
BH\_06/04/18

Gabriel Pereira Mendonça  
Procurador de Justiça  
Curador das Fundações

*[Handwritten signatures and initials]*



Institucional, Sra. Andrea Aguiar Azevedo, explicou o contexto da necessidade de celebração de acordo entre a Fundação Renova e aquela entidade, demanda oriunda da Diretoria de Programas e que tem conexão com inúmeros programas da Fundação, como o de retomada das atividades agropecuárias, além de iniciativas envolvendo análise de alimentos produzidos em áreas ocupadas pela lama, dentre outras. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood suscitou algumas dúvidas acerca do acordo proposto e entende que ainda não há condições para aprová-lo, sugerindo a elaboração de termos mais abertos, similares a memorandos de entendimento. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão acrescentou que a iniciativa de pesquisas acadêmicas deve partir da Fundação Renova, e daí se busca a entidade mais apropriada, podendo ser a UFV ou qualquer outra. A Conselheira Sra. Ana Cristina Correa da Silva concordou com as posições colocadas e entende que não há maturidade para aprovar o assunto. O Diretor Presidente propôs que a Fundação celebre acordos de cooperação com as universidades sem definição prévia de valor. Assim que os acordos específicos, com valor e escopo definidos, para as pesquisas sejam entabulados, daí a Fundação submeteria à aprovação do Conselho Curador;

- 5.31. Adentrando na atualização sobre os programas, o Diretor de Programas iniciou a apresentação com a abordagem sobre o Programa de Indenização Medida (PIM). Contextualizou a linha do tempo do programa e sua estrutura, culminando com a apresentação à Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS), para fins de aprovação, das estratégias de negociação. O Diretor de Programas trouxe os últimos acontecimentos relacionados com as políticas de indenização do programa e o posicionamento da CTOS. Ressaltou que nos últimos 10 dias a Fundação protocolou seu posicionamento acerca do assunto e que, de modo bastante geral, existe um conflito entre o entendimento da Fundação e o entendimento da CTOS, quais sejam, (i) a Câmara entende que o auxílio emergencial não deve ser deduzido da indenização final ao impactado, enquanto a Fundação já demonstrou que isso não tem cabimento jurídico, e (ii) a indenização pelo lucro cessante extrapolado para os cinco anos estipulados pelo TTAC não deve ser proposto neste instante, enquanto a Fundação reiteradamente vem apresentando que essa é uma demanda trazida pelos impactados e que possui lastro jurídico. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou se, antes de verificar se a demanda da CTOS deve ser criticada, a Fundação poderia mostrar qual proposta teríamos a oferecer, destacando que o processo de indenização está demorando muito, não pode se estender por mais doze meses. O Diretor Presidente entende que estamos numa situação de conflito, pois o próprio CIF pode emitir uma deliberação entendendo que o auxílio emergencial não deve ser considerado renda, o que nos levaria a judicializar o assunto. Por outro lado, precisamos continuar os processos de negociação com os impactados, que não têm qualquer ligação com o sistema CIF. O que precisamos definir é qual caminho devemos seguir, ou seja, continuamos com o processo de negociação ou entramos num processo conflituoso com o CIF. O Gerente de Programas Socioeconômico, Sr. Marcus Fuchs, relatou a reunião da CTOS ocorrida no dia 19 de setembro de 2017 e a recomendação de deliberação lida naquele fórum para ser encaminhada ao CIF. O Presidente do Conselho questionou se há espaço para continuar a discussão com os órgãos envolvidos, no que foi afirmativamente respondido pelos envolvidos na discussão. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio entende que devemos nos resguardar com base em nossa sustentação técnica e jurídica, e continuarmos os processos de negociação e celebração de acordos. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão concorda e acrescentou a necessidade de a Fundação estudar a hipótese de declinar dos valores do auxílio emergencial. O Conselheiro Sr. Pedro Aguiar de Freitas entende que o melhor argumento em relação a essa discussão é iniciar os processos de pagamento. Restou consolidado que essa discussão será levada no sentido de não interrompermos as negociações em campo e viabilizarmos os pagamentos daqueles valores que sejam incontroversos e cujos impactados tenham interesse em celebrar acordos. Não há o menor interesse em iniciar um conflito com o CIF, no entanto a Fundação Renova deve continuar os processos de negociação e pagamento, adicionando que devemos continuar a demonstração para o CIF de que os nossos argumentos são bastante sólidos e robustos do ponto de vista técnico e jurídico, pois o foco do atendimento dessa decisão será o impactado e a finalidade da Fundação é efetivamente o cumprimento do TTAC. Adicionalmente, foi solicitado ao Gerente Jurídico que seja viabilizado um termo de quitação que incentive a celebração de

VISTO

BH. 06/04/18

Gabriel Pereira de Mendonça

Procurador de Justiça

Curador de Fundações



- acordos e que contenha a possibilidade de celebração de acordos em relação aos valores incontestados;
- 5.32. Entrando na discussão do reassentamento de Bento Rodrigues, de Paracatu de Baixo e de Gesteira, o Diretor de Programas iniciou com a atualização dos eventos, destacando a definição do projeto de Bento Rodrigues mantendo ao máximo possível a relação de vizinhança. Em Paracatu de Baixo, dos nove terrenos em processo de aquisição, sete já tiveram contratos assinados e dois restantes estão em fase final de negociação. Já em Gesteira, foi realizada mobilização da assessoria técnica AEDAS e foi retomada a negociação para a aquisição da área anfitriã escolhida pela comunidade junto ao proprietário. Continuando, o Diretor de Programas atualizou os conselheiros quanto ao cumprimento do orçamento do programa de reassentamento. Especificamente tratando do caso de Bento Rodrigues, aproveitou para apresentar a linha do tempo do programa, com os diversos marcos temporais mais significativos, culminando com a criação de uma força-tarefa especialmente criada para se dedicar em tempo integral para viabilizar o reassentamento. Questionado pela Conselheira Sra. Ana Cristina Correa da Silva sobre o projeto a ser implementado, esclareceu que existe uma alternativa que está sendo apresentada, mas que do ponto de vista prático não há alterações significativas no projeto. O Diretor de Programas apresentou o diagrama das próximas etapas e o cronograma, com o prazo final do processo de licenciamento na SEMAD se encerrando em 28 de fevereiro de 2018. Questionado pelo Conselheiro Sr. Alberto Ninio sobre a personalização das casas, o Diretor de Programas salientou que as configurações das casas permitem três arranjos, ou seja, não há um nível de personalização que atrase os cronogramas. Finalizou com as principais dificuldades que a Fundação enfrenta na condução desse programa, a saber, o grande número de *stakeholders* e os prazos muito dilatados para respostas dos órgãos públicos;
- 5.33. Sobre o caso de Gesteira, o Conselheiro Sr. Alberto Ninio recomendou que a Fundação envie esforços para viabilizar uma forma de indenização para os impactados sem a necessidade de um reassentamento tão pequeno. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood salientou apenas que avaliemos os riscos de utilizarmos essa abordagem e, de alguma forma, criarmos um problema com os impactados de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo. Vale salientar que o proprietário, que originalmente se recusava a negociar o terreno, procurou a Fundação para negociar o imóvel;
- 5.34. Quanto ao reassentamento de Paracatu de Baixo, o planejado é entregar 132 construções até o primeiro semestre de 2019. Informou aos conselheiros a linha do tempo e algumas especificidades em relação ao processo do Bento Rodrigues. Apresentou o cronograma com a expectativa de aprovar o projeto urbanístico no quarto trimestre de 2017 e as licenças necessárias para iniciar a supressão vegetal em janeiro de 2018, o que nos remete a uma implementação paralela com o reassentamento do Bento, o que não estava originalmente previsto;
- 5.35. Adentrando no assunto destinado à recuperação ambiental do Rio Doce, o Diretor de Programas delimitou a definição de área ambiental 1 e área ambiental 2, fundamental para o entendimento do processo de recuperação. A Fundação já realizou o plantio de 800 hectares, dentre outras ações, e o controle de erosão e reconformação de margens em inúmeras áreas entre a barragem de Fundão e a UHE Risoleta Neves. As áreas faltantes o são pela necessidade de testes piloto para implementação definitiva. Na apresentação das fotos comparativas, o Conselheiro Sr. Ian Burton Wood recomendou o estabelecimento de pontos fixos de monitoramento e fotografias, de modo que a Fundação não seja questionada sobre tratamento fotográfico;
- 5.36. Acerca do manejo de rejeito, o Diretor de Programas informou o histórico de sua discussão, delimitação e aprovação, obtida em julho de 2017, pelo CIF a partir da orientação da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-Rejeitos). O Diretor de Programas detalhou as soluções já implementadas e as ações a serem implementadas em todas as áreas mapeadas para receber as intervenções, aproveitando para apresentar o fluxo de aprovação para aplicação do plano de manejo, encerrando que o programa compreende 670 quilômetros do Rio Doce no escopo do plano;
- 5.37. O Diretor de Programas iniciou a apresentação do monitoramento de águas, destacando os elogios que a Fundação vem recebendo em função desse plano. São compreendidos 92 pontos de

VISTO  
BH. 06/04/18

Gabriel Pereira de Mendonça  
Perito em Justiça  
Coordenador de Fundações



- monitoramento ao longo do rio, sendo 22 estações automáticas, 80 parâmetros físicos, químicos e biológicos de água e sedimentos, tendo até agosto de 2017 já mais de 80 mil dados já compilados e compartilhados com os órgãos ambientais. Os conselheiros entendem que a Fundação deve buscar a celebração de convênios com os órgãos públicos visando a entrega dos dados para posterior disponibilização para o público;
- 5.38. Saindo da discussão dos programas e entrando na apresentação sobre Comunicação, a Diretora de Desenvolvimento Institucional apresentou o Gerente de Comunicação recentemente contratado, Sr. Klester Cavalcanti, que se apresentou para os conselheiros. Adentrando especificamente no assunto, a Diretora de Desenvolvimento Institucional apresentou o mapa de reparação, em que pode ser visualizado uma comparação entre o impacto em 2015 e a reparação promovida ao longo do tempo. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio questionou ao Sr. Klester Cavalcanti qual a percepção sobre a abordagem da mídia em relação ao segundo aniversário do rompimento da barragem de Fundão, que respondeu sobre o modelo mental da imprensa, que é muito voltado para um viés crítico intenso, ainda mais considerando que as mantenedoras são empresas muito grandes e possuem grande exposição na mídia. Continuando, entende que o importante é a Fundação criar um pacote de informações sólido, consistente e coerente, além de promover visitas dos jornalistas nos locais impactados. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood entende que o trabalho conduzido pela Fundação é ótimo, mas precisamos ser mais incisivos para demonstrar toda a evolução até o momento. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio concordou e acrescentou que a Fundação precisa buscar jornalistas da grande imprensa para que possamos mostrar a nossa visão do que está sendo desenvolvido, pois a visão que ainda permanece é a visão do acidente, mesmo dois anos após o ocorrido. O Diretor Presidente entende e informou sobre o processo que está sendo construído ao longo dos meses junto aos diversos órgãos de imprensa, tanto locais como de alcance nacional;
- 5.39. A Diretora de Desenvolvimento Institucional continuou a apresentação, entrando na explanação sobre as ferramentas de comunicação no âmbito dos territórios, citando como exemplo a Rádio Renova, os jornais locais da Fundação e a comunicação do PIM. Para encerrar a apresentação, apresentou a estratégia de vivências envolvendo partes interessadas, lideranças comunitárias, organizações não governamentais (ONG), universidades, conselheiros do Conselho Consultivo, associações locais de indústria e comércio, comitês de bacia e outros formadores de opinião;
- 5.40. O Presidente do Conselho informou que ele e o Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão estiveram no seminário ocorrido em Brasília, destacando a importância que deve ser dada cada vez mais destacada do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH-Doce);
- 5.41. O conselheiro Sr. Alberto Ninio solicitou os termos de referência dos trabalhos da IUCN, que serão encaminhados posteriormente;
- 5.42. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio recomendou que a Fundação disponibilize um manual de perguntas e respostas (Q&A) sobre o número de empregados, remuneração e benefícios. Destacou positivamente a resposta da Fundação em relação a rumor de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), bem como na redução das invasões na ferrovia da Vale;
- 5.43. Sobre a alteração do Estatuto, os conselheiros entendem que não há necessidade de alteração na atual conjuntura;
- 5.44. O Diretor Presidente abordou o caso do financiamento do evento "Ironbiker" em Mariana, reportado pela área de *Compliance*. Como o caso não obedeceu aos ritos internos da Fundação, o Diretor Presidente entendeu que há a necessidade de tornar transparente o caso e submetê-lo ao Conselho Curador para pronunciamento. O Presidente do Conselho adentrou os detalhes do assunto e informou que não serão admitidas vias alternativas para aprovação de operações que precisem de expressa aprovação do Conselho Curador;
- 5.45. Acerca do caso de Arcadis Logos, tratado em reunião anterior do Conselho Curador, os conselheiros entendem que ações corretivas e disciplinares devem ser tomadas para efetivamente garantir que situações parecidas não ocorram novamente;

VISTO  
BH. 06/09/19  
Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador da Fundação



- 5.46. Os Conselheiros aprovaram a recondução por mais um mandato do Diretor Presidente, Sr. Roberto Silva Waack, nos termos artigos 22, I, e 29, do Estatuto da Fundação;
- 5.47. Finalizando a reunião, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e participação de todos.

**6. Deliberações Tomadas:** Cumpridas todas as formalidades previstas na legislação pertinente e no Estatuto da Fundação Renova, os conselheiros presentes, após debates e discussões, aprovaram:

6.1. A eleição da pessoa abaixo indicada para compor a Diretoria Executiva da Fundação Renova, com 1 (um) ano de prazo de gestão, contado a partir do dia 20 de setembro de 2017, conforme previsto nos artigos 22, I, e 29, do Estatuto da Fundação:

(a) **ROBERTO SILVA WAACK**, brasileiro, biólogo, casado, portador da carteira de identidade nº 11.207.342 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.327.158-52, com endereço comercial na Av. Getúlio Vargas, 671, 4º andar, Belo Horizonte, MG, CEP 30112-021, como Diretor Presidente da Fundação Renova.

6.2. A indicação das pessoas abaixo indicadas para representarem a Fundação Renova no Comitê Gestor do Fundo Desenvolve Rio Doce, conforme previsto no artigo 22, XVII, do Estatuto da Fundação:

(a) **CARLOS HENRIQUE RIBEIRO**, brasileiro, contador, casado, portador da carteira de identidade nº M-2.292.291 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 505.159.776-91, com endereço comercial na Avenida Getúlio Vargas, 671, 4º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30.112-021;

(b) **PAULO GUILHERME DA CUNHA PEREIRA ROCHA**, brasileiro, bacharel em Relações Públicas casado, portador da carteira de identidade nº MG-7-391.054 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.231.196-77, com endereço comercial na Avenida Getúlio Vargas, 671, 4º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30.112-021;

6.3. A Solicitação de Deliberação do Conselho Curador APRO32/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente ao Termo de Cooperação Técnica com o TJMG, visando a contratação de 70 estagiários para atuar no Posto Avançado de Autocomposição – PAA, em Governador Valadares, com custo total para 12 meses de R\$1.068.148,00 (um milhão, sessenta e oito mil e cento e quarenta e oito mil reais);

6.4. A Solicitação de Deliberação do Conselho Curador APRO33/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente à celebração do TAC com a SEMAD, como uma das providências necessária para viabilização da Fazenda Floresta e continuidade das obras de dragagem na UHE Risoleta Neves;

6.5. A Solicitação de Deliberação do Conselho Curador APRO34/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente à contratação da FUNDEP, para apresentação de proposta de concepção dos espaços dos centros de informação técnica, com prazo de 12 meses e valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

6.6. A Solicitação de Deliberação do Conselho Curador APRO35/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente ao contrato de fornecimento de água com a COPASA para a comunidade indígena Krenak, com prazo de 12 meses e valor de R\$433.680,00 (quatrocentos e trinta e três mil e seiscentos e oitenta reais);

6.7. A Solicitação de Deliberação do Conselho Curador APRO37/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente à criação dos fundos múltiplos para financiamento do capital de giro e investimentos para micro e pequenas empresas, conforme determinado na Cláusula 130 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), nomeado como Fundo Desenvolve Rio Doce;

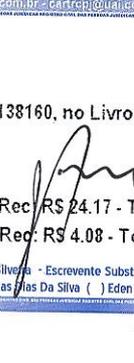
VISTO  
BH: 06/04/18  
Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador de Funções



- 6.8. A Solicitação de Deliberação do Conselho Curador APRO39/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente ao acordo de cooperação técnica com a CEF, condicionada ao estabelecimento das ações mitigadoras para as questões de *compliance*.
7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, a qual, tendo sido lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2017.

  
Wilson Nélio Bruner  
Conselheiro Titular

  
Alberto Ninio  
Conselheiro Titular

  
Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão  
Conselheiro Titular

  
Ana Cristina Correa da Silva  
Conselheira Suplente

  
Ian Burton Wood  
Conselheiro Titular

  
Pedro Aguiar de Freitas  
Conselheiro Titular

  
Guilherme Almeida Tangari  
Secretário

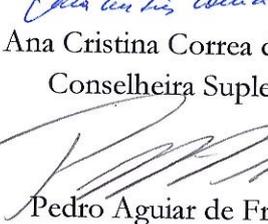
  
**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878  
[www.cartorjuntas.tjmg.jus.br](http://www.cartorjuntas.tjmg.jus.br) - [cartorjuntas@tjmg.jus.br](mailto:cartorjuntas@tjmg.jus.br)

FUNDAÇÃO RENOVA

AVERBADO(A) sob o nº 63, no registro 138160, no Livro A,  
em 26/04/2018  
Belo Horizonte, 26/04/2018

Emol:(6436-0) R\$ 402.83 TFJ: R\$ 135.00 Rec: R\$ 24.17 - Total: R\$ 562.00  
(8101-8) R\$ 67.92 TFJ: R\$ 24.00 Rec: R\$ 4.08 - Total: R\$ 96.00

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta  
Escreventes: ( ) Eidy Wesley Rodrigues Mendes ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho



PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

SELO ELETRÔNICO Nº **BXR74637**  
CÓD. SEG. **1647.4272.3549.5015**

Quantidade de Atos Praticados: 00013  
Emol: R\$ 499.00 TFJ: R\$ 159.00 Total: R\$ 658.00  
Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



VISTO  
BH. 06/09/18

  
Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações



## REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878  
www.cartorjopassapj.judicab.com.br - cartrepcjgual.com.br

### FUNDAÇÃO RENOVA

AVERBAÇÃO nº 63, no registro 138160, no Livro A, Examinada,

Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 26/04/2018

Emol:(6601-9) RS 15.09 TFJ: RS 5.00 Rec: RS 0.91 - Total: RS 21.00

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta  
Escreventes: ( ) Eldy Wesley Rodrigues Mendes ( ) Anibal Skackauskas Dias da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho



PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

SELO ELETRÔNICO Nº **BXP74662**

CÓD. SEG. **33.10.1633.1961.8004**

Quantidade de Atos Praticados: 00001

Emol:RS 16.00 TFJ: RS 5.00 Total: RS 21.00

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>